

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

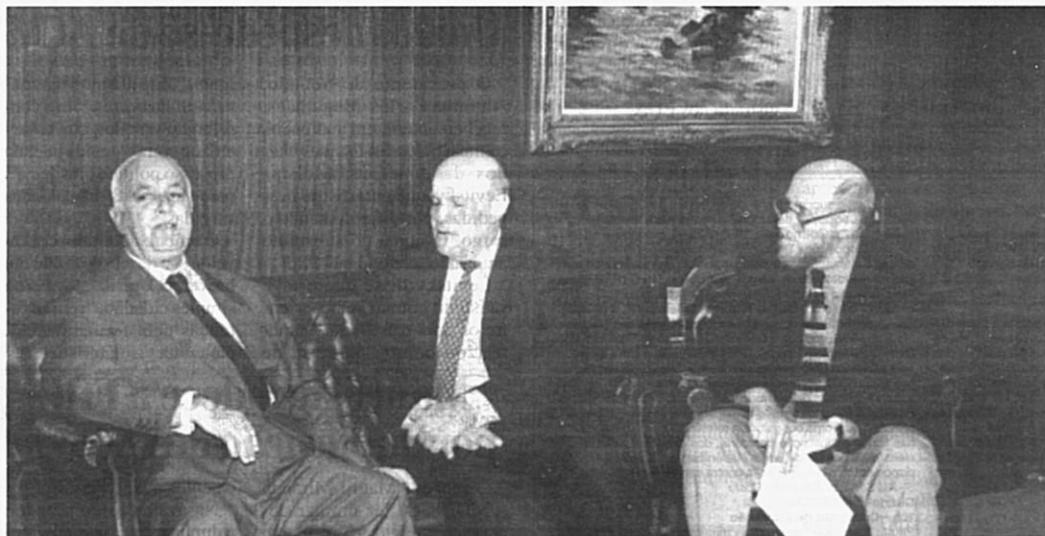
Ano IV - Nº 721 - Brasília, terça-feira, 30 de junho de 1998

**Hora é de reflexão, diz Simon**

Segundo senador Pedro Simon, PMDB precisa de "trégua para reflexão". Página 5

## Plenário reduz taxa de fiscalização de rádio e TV

*Substitutivo aprovado pelos senadores corrige distorções da tabela do governo, cujos valores tinham aumentado em até 12.000% quando a Lei Geral das Telecomunicações entrou em vigor*



O embaixador norte-americano no Brasil, Melvyn Levitsky, fez ontem uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Levitsky, que está para voltar aos EUA, apresentou suas despedidas e agradeceu o apoio recebido de ACM durante os anos em que serviu em Brasília. Segundo Levitsky, Antonio Carlos é "o grande líder do processo político brasileiro". Página 2

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Odacir Soares que reduz os valores da taxa de fiscalização paga por emissoras de rádio e TV. Tais valores haviam sido aumentados em até 12.000% quando entrou em vigor a Lei Geral das Telecomunicações. Como o substitutivo altera a tabela aprovada pela Câmara, o projeto voltará à análise dos deputados federais. Página 3

**CAE debate crédito para agricultura**

PÁGINA 3

## Malan fala de déficit e juros na TV Senado

A TV Senado leva ao ar hoje, a partir das 22 horas, entrevista dada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. No programa, ele fala de déficit público, de juros e das alternativas encontradas pelo governo para financiar o déficit brasileiro em operações com o exterior. Página 7



O primeiro-secretário Ronaldo Cunha Lima inaugurou o novo sistema de impressão

## Inaugurado sistema gráfico em braile

O Senado Federal tornou-se a primeira instituição parlamentar do mundo a manter um sistema especial de produção gráfica próprio para impressão em braile. Página 6

## Marina quer crescimento racional

Projeto de lei da senadora Marina Silva cria fundo para financiar desenvolvimento sustentado em estados com reservas ambientais. Página 6

## Suplicy questiona José Serra

Senador Eduardo Suplicy cobra do ministro da Saúde explicações sobre atividades na área de vigilância sanitária. Página 2

# Suplicy questiona ministro sobre vigilância sanitária

Em requerimento apresentado ontem e dirigido ao ministro da Saúde, José Serra, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou informações sobre quantas inspeções em unidades de hemoterapia, bancos de sangue e laboratórios farmacêuticos foram realizadas pela Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS), do Ministério da Saúde, nos anos de 1997 e 1998. Além disso, ele quer saber por que a secretaria registrou o Viagra antes dos Estados Unidos, contrariando a

legislação vigente, e qual a razão técnica para a permissão de embalagens com quatro ou apenas um comprimido. Em relação a produtos anoréxicos, especialmente as fenfluraminas, Suplicy solicita as razões que levaram a SVS a fazer, através de portaria, consulta pública destinada a abrandar o controle da sua prescrição e venda, contrariamente às ponderações das mais importantes sociedades médico-científicas.

Na justificativa do requerimento, o senador salienta que,

em 1995 e 1996, a SVS estabeleceu rigorosos critérios técnicos de inspeção em hemocentros, bancos de sangue e laboratórios farmacêuticos, mas "em 1997 os programas foram paralisados". Quanto ao Viagra, argumenta que, além de desrespeitar a legislação, a SVS também contrariou parecer da Comissão Nacional de Avaliação Técnica de Medicamentos, que condicionava o registro à comprovação de que o remédio estivesse devidamente registrado nos EUA.

## Agenda

### PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Inauguração do Oratório Nossa Senhora Aparecida. Sede campestre do Clube do Congresso - SHIM - Península Norte

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta. Quinto e último dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que dispõem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "Requerimento nº 401/98, de autoria do senador José Bianco, solicitando a prejudicialidade dos PLSs nºs 15, 17, 50 e 112/96; 177 e 197/97; e PLC nº 114/95, que dispõe sobre planos de saúde, em virtude da aprovação do PLS nº 93/93, que versa sobre a mesma matéria; e "Requerimento nº 409/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando o desamparamento dos PLSs nºs 32/92 e 41/94, para tramitar separadamente dos PLSs nºs 17/93, 60/94, 32/95, e 104/97

### PREVISÃO DE TRABALHOS

Quarta-feira (01.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLS nº 77/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina

Quinta-feira (02.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 22/98, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, firmado em 1996

### COMISSÕES

Terça-feira (30.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Emenda de plenário oferecida ao PLS nº 20/96, que dispõe sobre a participação popular no processo orçamentário; "Diversos nº 13/98, que solicita a liberação do montante de 140.303 Letras Financeiras do Estado de São Paulo, bloqueadas temporariamente através de solicitação da CPI dos Títulos Públicos; e "Ofício "S" nº 52/98, que encaminha ao Senado solicitação de Mato Grosso do Sul a respeito do contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 903.660.059,21. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC

nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitorias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (factoring); "PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento (Conade); "PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno, vinculada à Presidência da República; "PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Siat e a outros sistemas de informações públicas; "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 38/97, que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação contra servidores anistiados. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (01.7.98)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; "PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; "PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educacional; "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância; "PLS nº 234/97, que inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798, no "Livro dos Heróis da Pátria"; "PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; "PDL nº 38/98, que renova a concessão à Rádio Cultura OM, de São Vicente (SP); "PDL nº 34/98, que renova a concessão de defesa à Fundação Padre Anchieta para explorar radiodifusão em TV e rádio educativa em São Paulo (SP); "PDL 124/95, que renova a concessão à Rádio Riviera (transferida à Rádio Terra FM) em Goiânia (GO); "PDL nº 66/98, que renova a concessão à Rádio Mirador OM de Rio do Sul (SC); "PDL nº 54/95, que outorga permissão à Rádio FM Canavial de Redenção (CE); "PDL nº 39/98, que renova a concessão à Rádio Guararema OM de São José (SC); e "PDL nº 36/98, que renova a concessão à Rádio Cidade Estéreo Show FM em São José do Rio Preto (SP). Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa



O presidente do Senado com o embaixador americano

## Embaixador dos Estados Unidos despede-se de ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência, o embaixador dos Estados Unidos da América, Melvyn Leivitsky, que apresentou despedidas, por estar deixando o cargo. O nome do substituto ainda não foi divulgado.

Leivitsky disse que estava satisfeito com as relações entre os dois países, que caracterizou como "parceria de

iguais". Ele afirmou ter contado muitas vezes com o conselho do senador, que caracterizou como "grande líder do processo político brasileiro", para superar as dificuldades surgidas.

O embaixador também revelou seu desejo de voltar em breve ao Brasil, mas como simples cidadão, "sem seguranças nem formalidades", para uma visita turística.

## Mauro agradece a FHC por duplicação de rodovia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um agradecimento público ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela decisão de incluir no programa Brasil em Ação a duplicação da rodovia que liga Goiânia à divisa com o estado de São Paulo, numa extensão de 440 quilômetros. O parlamentar destacou que dentro de quatro anos essa será

ca entre o Norte e o Sul".

Na avaliação do senador, a duplicação é o grande "sinal de desenvolvimento" que os goianos têm alcançado.

Esse novo eixo de desenvolvimento, acrescentou Mauro, permitirá que o fluxo de riquezas produzidas nas regiões interioranas do país "ganhe novas escalas de eficiência no transporte para os cen-

tros mais desenvolvidos de consumo, para as exportações via porto de Santos e para o Mercosul".



Mauro: integração

"a obra de infra-estrutura rodoviária mais importante para o objetivo de modernizar e agilizar a integração economi-

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúdio Coelho - Joel da Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gu-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

*Relator informa que todas as alterações foram negociadas com o governo e buscaram reduzir a tabela e corrigir incoerências*

## Plenário reduz valores da taxa de fiscalização de rádios

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Odacir Soares (PTB-RO), reduzindo os valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação de Rádio e Televisão. Os valores haviam aumentado em até 12.000% com a aprovação da nova Lei Geral das Telecomunicações, no ano passado.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados propôs uma nova tabela, a qual acabou sendo alterada no Senado. O projeto voltará à análise dos deputados.

Relator da matéria na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Odacir Soares explicou que todas as alterações foram negociadas com o governo e buscaram reduzir valores e corrigir incoerências. Entre as distorções, ele destacou que as taxas de fiscalização de instalação de emissoras de rádio FM estavam muito superiores aos valores cobrados de TV, apesar de as emissoras de televi-

são serem mais rentáveis. Outra distorção: os valores cobrados de rádios FM estavam maiores que os de rádios AM, apesar de tratarem-se de serviços equivalentes, com faturamento similar.

Odacir informou que a própria Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), beneficiária das taxas, reconheceu que os valores, como propostos pelos deputados, encontravam-se de

*Os valores "exorbitantes" aprovados na Câmara foram reduzidos com o substitutivo elaborado por Odacir Soares*

cincinco a seis vezes acima do que deveriam estar, porque as taxas consideravam que todas as emissoras obteriam sempre o faturamento máximo (veiculariam publicidade em 25% de todo o tempo de permanência no ar), "o que é praticamente impossível", segundo o relator.

### VALORES MENORES

O substitutivo aprovado pelos

senadores prevê reajustes maiores para as taxas cobradas de estações de rádio de alta potência (acima de 50 kW), geralmente localizadas nas capitais ou grandes cidades. Estabelece ainda que as estações de TV pagarão taxas que aumentam de acordo com a população da cidade.

Com as mudanças, o faturamento anual de R\$ 48 milhões projetado pela Anatel cairá para R\$ 25 milhões, mas a diferença não afetará a agência, que deve receber R\$ 308 milhões só com as taxas de fiscalização das telecomunicações.

A taxa de fiscalização por instalação de rádio agora varia de acordo com a potência e vai de R\$ 972,00 (potência de até 1 kW) a R\$ 12.000,00 (potência superior a 100 kW). A taxa para televisão vai de R\$ 12.200,00, para estação em cidade com até 500 mil habitantes, a R\$ 34.065,00, para emissoras em cidades com mais de 5 milhões de habitantes.



Fogaça é o autor da proposta



Ignácio: substitutivo

## CCJ examina regulamentação da atividade de factoring

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina hoje, às 10h, projeto de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) que disciplina a atividade de fomento mercantil (*factoring*), que atualmente é praticada no Brasil sem regulamentação. A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na forma de substitutivo apresentado pelo senador Espiridiano Amin (PPB-SC) e tem caráter terminativo.

Uma proposta de emenda constitucional (PEC) que pretende acabar com a unicidade sindical também deverá ser examinada hoje pela CCJ. A proposição, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), recebeu parecer contrário do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Projeto do senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, propondo a adequação à Constituição de legislação referente à criação e o funcionamento de cooperativas é outra matéria em

pauta na CCJ. A proposta recebeu substitutivo do senador José Ignácio (PSDB-ES), que manifestou-se contrário quanto à definição do autor sobre ato cooperativo, principalmente no que se refere à possibilidade de abertura de capital pelas cooperativas e ainda à forma de representação dessas instituições.

A CCJ aprecia ainda, em matéria sobre legislação eleitoral, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que prevê a inclusão de artigo quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos no Ato das Disposições Transitórias, no capítulo referente a plebiscito em 1998. Está na pauta ainda proposta do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e outros senadores, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais.

## CAE debate crédito especial para agricultura familiar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje projeto de lei que dispõe sobre a política agrícola nacional. O objetivo é assegurar crédito especial à agricultura de base familiar e aos trabalhadores assentados em áreas de reforma agrária.

A proposta prevê a concessão de créditos a juros mais baixos, com prazos de pagamento e períodos de carência mais favoráveis, além da possibilidade de pagamento conforme o princípio da equivalência-produto.

Para o autor da iniciativa, senador Pedro Simon (PMDB-RS), a idéia é garantir a continuidade dos proje-

tos de assentamento.

A CAE deve analisar também outra proposta de autoria de Pedro Simon. É a que estabelece regras para participação da sociedade no processo orçamentário - o chamado orçamento participativo.

O projeto recebeu emenda em plenário propondo que a participação da sociedade no âmbito da União seja definida em "ato do próprio Congresso Nacional". O relator da matéria na comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentará parecer rejeitando a emenda e mantendo o texto original.

## Efetivação de servidores cedidos tem última discussão em plenário

O plenário do Senado faz hoje a última discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que permite a efetivação como servidor público, sem concurso, de todo funcionário de empresa estatal cedido à administração direta há mais de dez anos.

Arruda justifica sua emenda afirmando que o Tribunal de Contas da União já pediu ao governo que resolva a situação de milhares de empregados de empresas públicas cedidos à administração direta. Só no Ministério da Fazenda trabalham cerca



Arruda: Tribunal de Contas já cobrou solução para o problema

de 4 mil contratados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Uma parte, conforme o senador, foi contratada em períodos em que os concursos públicos estavam suspensos e se encontra lotada nas secretarias da Receita Federal e do Tesouro, no Serviço do Patrimônio da União e na

Procuradoria da Fazenda.

O plenário também deve discutir e votar hoje o projeto de lei do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) que autoriza o governo federal a criar a Região Integrada da Grande Teresina (capital do Piauí) e o Programa Especial de Desenvolvimento da região.

*O presidente do Senado respeita a posição de governadores que se licenciam para participar da campanha eleitoral, mas lembra que a lei permite a permanência no cargo*

## Antonio Carlos quer ver FHC disputando reeleição no cargo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que, embora considere "respeitável" a posição dos governadores que estão deixando o cargo para disputar as eleições, acha que o presidente da República deve permanecer no exercício de suas funções durante a campanha pela reeleição, conforme assegura a lei.

— Quem sai o faz por algum motivo político relevante: para dar uma sacudida na opinião pública, por exemplo. Fernando Henrique não precisa disso, está indo bem no governo e como candidato — afirmou.



ACM: presidente vai bem

Antonio Carlos lembrou que, "em toda parte do mundo, reeleição é disputada no cargo", e que o presidente está respaldado pela lei, e "deve cumprir o ritual completo". Mas frisou

que a escolha cabe a cada um. "As pessoas que quiserem sair podem sair", afirmou o senador, para quem a licença pode servir até mesmo para deixar mais à vontade o candidato à reeleição. "Coisas que não desejava fazer, seu substituto fará", previu.

Na opinião do senador, o resultado da convenção do PMDB não repercute sobre a posição dos filiados ao partido que ocupam cargos no governo, que devem, portanto, continuar em seus postos. Para ele, o presidente do PMDB é "o grande perdedor":

— O que ficou patente é que

o Paes de Andrade exerce um mandato ilegítimo, porque não tem maioria no partido para fazer uma convenção. Essa foi a grande derrota de Paes de Andrade: ele ficou como presidente de um partido mas não representa coisa nenhuma — disse.

O presidente do Senado reafirmou que o projeto da gratificação dos professores não será apreciado na Casa enquanto persistir a greve da categoria, mas não quis opinar sobre a proposta de emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que efetiva servidores.



Alcântara: mortes evitáveis

## Alcântara cobra atenção à saúde da mulher

A cada duas horas, morre uma mulher no Brasil em consequência de complicações decorrentes de gravidez, parto ou pós-parto. A informação foi divulgada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em discurso em que registrou a passagem do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, em 28 de maio. O senador informou também que estudo da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados indica que os recursos destinados aos programas da saúde da mulher não estão sendo devidamente aplicados.

Segundo dados apresentados por Lúcio Alcântara, 98% do total dos óbitos maternos no Brasil são evitáveis, pois as causas mais frequentes de morte materna são a hipertensão arterial própria da gravidez (eclâmpsia), hemorragia, infecção e aborto, todas podendo ser prevenidas com a adoção e implementação de medidas relativamente simples na área de saúde.

O trabalho da assessoria citado pelo senador constata, no entanto, que programações nominalmente identificadas no Orçamento da União, como ações voltadas à proteção da mulher, quando executadas, o foram sempre com menos de 35% do valor da dotação autorizada e que, apesar de o Orçamento para 1996 ter disposto R\$ 5,9 milhões para "Assistência Integral à Saúde da Mulher", não houve qualquer execução nessa programação. A assessoria concluiu também que as prioridades e metas relacionadas à saúde da mulher constantes do Plano Plurianual estão igualmente tendo uma realização física mínima.

## Suplicy critica presidente por evitar debates eleitorais

A decisão anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de não participar de debates com candidatos à Presidência, no primeiro turno das eleições, foi criticada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição. "Ele afirmou isso depois que as pesquisas apontaram ligeira reação sua diante do seu principal adversário Luiz Inácio Lula da Silva. Com essa atitude, estará restringindo o direito do povo brasileiro de conhecer e comparar melhor as ações, atitudes e proposições dos candidatos frente a frente", disse o senador.



Suplicy elogia Covas

da miséria e distribuição de renda? — questionou o senador, ao sugerir que Fernando Henrique Cardoso estaria negando o modelo norte-americano de eleições, que o inspirou, e que se bascia nos debates públicos entre candidatos.

Suplicy disse esperar que o presidente da República "não venha a seguir o mau exemplo de Jânio Quadros", que usou tal expediente ao se recusar a debater com o próprio Fernando Henrique e demais adversários, quando sagrou-se vencedor da disputa para prefeito de São Paulo. "Jânio venceu as eleições mas não serviu ao seu povo como um bom exemplo de prática democrática", enfatizou o senador.

Por outro lado, o líder petista elogiou a "atitude positiva" do governador de São Paulo, Mário Covas, de se afastar do cargo para disputar a campanha eleitoral para o governo estadual. Nesse caso, acrescentou Eduardo Suplicy, Covas expressou publicamente o fato de não se sentir à vontade em pedir votos e ser governador ao mesmo tempo.

## Benedita pede mobilização contra o desemprego

"Desemprego não é fatalidade da globalização", afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), esclarecendo que o fenômeno deve ser entendido como parte do confronto histórico entre o capital e o trabalho. "Somente com uma mobilização nacional, aliada a um governo que dê prioridade ao seu combate, será possível minorar seus efeitos perversos em relação aos trabalhadores brasileiros", destacou.

Para Benedita, medidas como a redução da jornada de trabalho das 44 horas semanais atuais para 40 horas — sem redução de salários — podem representar um certo alívio. "Essa é uma tendência histórica e mundial, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem recomendando desde 1935. No Brasil, somente na Constituição de 1988, os trabalhadores conquistaram a jornada de 44 horas semanais."

A senadora lembrou que já tramita, na Câmara dos Deputados, uma proposta de emenda constitucional nesse sentido, de autoria dos deputados Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PC do B-CE). "A pro-

posta prevê ainda o aumento da remuneração das horas extras de 50% para 75%, uma vez que os empresários preferem pagar horas extras a seus empregados a arcar com os custos de contratação de novos trabalhadores", enfatizou.

Segundo Benedita, o aumento do desemprego no Brasil é a face cruel e menos conhecida do Plano Real. "Po-



Benedita vê confronto

líticas como o custo elevado do dinheiro, o câmbio sacrificando as exportações e a abertura exagerada da economia às importações são exemplos de medidas que o governo FHC jura serem necessárias para manter o Real na rota traçada. Nada têm a ver com globalização, mas seu resultado claro tem sido o número crescente de desempregados", afirmou a senadora.

Benedita considerou paliativo o impacto sobre os índices de desemprego de cursos de treinamento de trabalhadores, fornecimento gratuito de energia e água ou passe-livre nos transportes. "O esforço deve ser conjunto e urgente da sociedade e do governo", defendeu.



Suassuna aplaude combate à seca

## Suassuna elogia ações do governo da Paraíba

“Não fossem os esforços do governo do estado da Paraíba, milhares de famílias assoladas pela seca morreriam de fome”, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao elogiar a estratégia de combate à seca do governador José Maranhão. Segundo Suassuna, o governo estadual se viu obrigado a agir em virtude da lentidão federal. “A burocracia governamental não acompanha com a mesma velocidade as decisões do presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia anunciado a liberação de recursos para as áreas mais atingidas do Nordeste”, explicou.

De acordo com Suassuna, o estado da Paraíba gasta por mês cerca de R\$ 10 milhões, no atendimento a “centenas de milhares de pessoas”. Segundo informou, os recursos estão sendo aplicados na criação de frentes de trabalho, treinamento de mão-de-obra e em obras que melhoram o abastecimento de água nas localidades mais atingidas. Suassuna citou a construção do canal de irrigação Curemas-Mãe d'Água, cujas obras deveriam demorar mais 160 dias, mas que serão entregues ainda esta semana.

Reconhecendo os esforços de Suassuna diante do problema, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relacionou a miséria, acarretada pela seca, ao aumento da prostituição infantil em estados do Nordeste, conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*. Para ele, a adoção de programas de renda mínima associados à educação teriam efeitos preventivos para o combate aos efeitos da seca.

“É impossível ter agremiações políticas fortes num país onde, nos últimos três anos e meio, 230 deputados federais mudaram de partido”, afirma o senador

## Simon convida PMDB à reflexão e defende urgência na reforma política

Num discurso emocionado e se dizendo “magoado” com a convenção do PMDB de domingo, quando faltou *quorum* para o partido decidir se lançava candidato próprio à Presidência da República ou apoiava Fernando Henrique Cardoso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao seu partido “uma trégua para reflexão”.

Simon explicou que nessa história da convenção do PMDB não há ganhadores, mas apenas perdedores. “Não sei se o resultado é bom ou não para Fernando Henrique”, opinou.

— Não tínhamos o direito de fazer o que fizemos. O PMDB

é um partido que tem história. É um patrimônio — disse.

O senador afirmou que os partidos políticos brasileiros “vivem um de seus piores momentos”, a seu ver causado principalmente pela infidelidade partidária. Depois de lembrar que apresentou proposta de emenda constitucional que determina a perda de mandato para o parlamentar que mudar de partido, Simon defendeu uma reforma política com urgência.

— É impossível ter agremiações políticas fortes num país onde, nos últimos três anos e meio, 230 deputados federais mudaram de partido. Na In-



Partidos vivem crise, diz Simon

glaterra, em 100 anos apenas 30 parlamentares mudaram de partido. Com partidos frágeis, teremos este ano as eleições onde só aparecem nomes. É o Fernando Henrique contra o Lula. Em São Paulo, é o Maluf contra o Covas,

o Rossi e a Marta Suplicy. No Rio, é o Garotinho contra o César Maia. Não se fala em partidos.

Na opinião de Simon, a cisão do PMDB “não é pior do que aquilo que vem ocorrendo no PT e no PDT”.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que, mesmo em crise, o PMDB “deve eleger vários governadores e pelo menos 100 deputados federais”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que não compareceu à convenção no último domingo porque “não queria ser mais insultado, como aconteceu da primeira vez”.

## Ademir apóia documento de advogados trabalhistas contra a política neoliberal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou ontem a inclusão nos Anais do Senado da declaração do II Encontro Latino-Americano de Advogados Trabalhistas, realizado de 3 a 6 deste mês, em Gramado (RS). No documento, os advogados condenam a política neoliberal do governo que “privilegia o capital financeiro nacional e atira sobre os ombros dos trabalhadores os efeitos destrutivos de um mercado desordenado e de uma competição predatória”.

Os advogados trabalhistas afirmam na declaração, se-



Ademir: “posição corajosa”

gundo o senador, que “a consciência jurídico-trabalhista latino-americana deve se alinhar resolutamente na resistência aos efeitos perversos da globalização e no com-

bate à ideologia neoliberal”.

Ademir lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem recebido críticas dos setores organizados da sociedade “desde que começou sua política de entrega de estatais ao capital nacional e internacional e de quebra de direitos e garantias históricas dos trabalhadores”.

— Em nome da estabilidade da moeda e até das oscilações de bolsas de valores do mundo, o governo federal já adotou medidas que deservem aos interesses nacionais, mas nada é tão preocupante quan-

to àquelas que dizem respeito diretamente à vida dos trabalhadores, como as reformas administrativa e da Previdência e a derrubada de mecanismos de proteção individual e coletiva — disse.

Em sua declaração, segundo o senador, os advogados trabalhistas condenam essas medidas e alertam para a necessidade de reversão dessa tendência do governo, bem como de revogar as decisões já adotadas. Ademir Andrade elogiou “a postura corajosa e firme” dos advogados trabalhistas.

## Produtos brasileiros devem ser protegidos, diz Lobão

Amparar os bens e serviços brasileiros nos moldes da legislação americana. Essa foi a sugestão que o senador Edison Lobão (PFL-MA) fez ontem como forma de igualar a concorrência mundial. “Resalte-se que não sou contrário à abertura do nosso mercado ao comércio internacional. Melhor dizendo, não posso nem adiantar ser contrário a

uma realidade que se impõe no mundo inteiro. O que estou pretendendo dizer é que não se justifica que, na convivência com outras nações amigas, tenhamos nas importações dos seus produtos a benevolência que eles não têm com os nossos”, explicou Lobão.

Para o senador, na Constituinte, foi criada uma ordem constitucional de ampla frater-

nidade universal, sem perceber que um dos principais aliados comerciais do Brasil, os Estados Unidos, mantinham irreversível a sua quase centenária Lei do Buy Act. Lobão explicou que o inciso XXI do artigo 37 da Constituição estabeleceu como princípio que a licitação pública deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes. “Não se cuidou,



Lobão quer reciprocidade

aí, da defesa da empresa nacional, que não merece qualquer privilégio”, disse.

## Amorim pede reexame de contrato para sanear Beron

O senador Emandes Amorim (PPB-RO) encaminhou dois requerimentos solicitando o exame de constitucionalidade e juridicidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do contrato autorizado pela Casa nos termos da Resolução 27/98, que aprovou a liberação de R\$ 502,4 milhões a favor do governo de Rondônia; os recursos destinam-se ao saneamento das dívidas do Banco de Rondônia (Beron), que esteve sob regime de intervenção temporária do Banco Central. O senador disse que tomara a decisão "em defesa da moralidade pública e do povo de Rondônia".

Segundo Amorim, o que motivou os requerimentos foi o fato de o Ministério da Fazenda ter reconhecido recentemente que, da dívida de R\$ 502,4 milhões, cerca de R\$ 400 milhões são de responsabilidade do BC. No seu entender, "o carro andou adiante dos bois", quando o Senado aprovou a resolução sem antes ouvir o ministério. O Beron, reiterou ele, foi vítima de gerenciamento "duvidoso"



Amorim vê prejuízos a Rondônia durante a intervenção.

— Os valores contidos na resolução são de responsabilidade do Banco Central, uma vez que foram levantados no período em que o Beron estava sob intervenção — afirmou Amorim, ao denunciar o governador de Rondônia por ter assumido a dívida e proposto seu pagamento pelo estado em 30 anos.

O senador reportou-se ainda à subcomissão do Senado que investiga desvios de recursos públicos pelo governo de Rondônia, cujas apurações, garantiu, já concluíram pela veracidade de várias denúncias e "deverão chegar às de malversação de recursos pelos administradores temporários do Beron".

## Odacir destaca recursos para projetos em Rondônia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) registrou a destinação de R\$ 63 milhões para as linhas de crédito a serem implementadas em Rondônia no custeio de projetos agropecuários e agroindustriais, com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte (FNO). Ele disse que o anúncio foi feito pela presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valladares Coelho, durante reunião realizada no dia 8 de junho, em Porto Velho, com a presença do governador do estado, Valdir Raupp.

Outra informação dada pela presidente do Basa, durante a reunião, foi a da instalação de três novos locais de atendimento do banco em Rondônia, nos municípios de Machadinho d'Oeste, Nova Brasilândia e Urupá. Atualmente, o estado dispõe de apenas seis agências, em Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena. Em pronunciamento no plenário do Sena-

do, no início do mês, Odacir havia afirmado que as seis agências do Basa eram insuficientes para atender aos produtores rurais dos 52 municípios de Rondônia. Na ocasião, defendeu a abertura de novos locais de atendimento. "Sinto-me gratificado com o anúncio oficial da ampliação da rede de agências, mas insisto em que o banco celebre convênios com as cooperativas de crédito rural", opinou.

### Ji-PARANÁ

O senador também relatou sua participação em encontro com professores e alunos dos cursos de Agronomia e Direito da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e produtores rurais do movimento associativista dos municípios de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste:

— A reunião serviu para a distribuição e discussão do documento "Rondônia Produz", que compendia 15 discursos feitos de maio a setembro de 1997, no plenário do Senado Federal — observou Odacir Soares.

*Projeto de lei apresentado pela senadora institui mecanismo para incentivar estados com áreas de preservação ambiental da União*

## Marina propõe fundo para desenvolvimento sustentado

Tramita desde a semana passada no Senado projeto de lei que institui fundo para o desenvolvimento sustentado em estados com áreas de preservação ambiental da União. A autora do projeto, senadora Marina Silva (PT-AC), explicou ontem que sua aprovação representaria um acréscimo nos recursos do Fundo de Participação dos Estados, para que possam investir em ciência e tecnologia e criem condições para atividades produtivas com preservação ambiental.

Segundo Marina, o fundo beneficiaria os estados com reserva extrativista, reserva indígena ou área de preservação permanente. "Seriam contemplados não apenas os estados amazônicos, como o Acre, mas até



Marina: preservar é vantagem mesmo São Paulo, que tem reservas ambientais", observou.

O avanço desordenado da fronteira agrícola, a ação predatória de madeireiras e as atividades agropecuárias sem suporte tecnológico são, na opinião da senadora, os maiores problemas ecológicos na Amazônia. Ela considera a criação do fundo um

instrumento importante para que os governos controlem as agressões ao meio ambiente e incentivem o desenvolvimento sustentado. "As autoridades vão entender que preservar não significa prejuízo econômico, e sim lucro, na medida em que poderão oferecer desenvolvimento com preservação e justiça social". Além disso, Marina acredita que o projeto possa mudar a visão do Brasil sobre a preservação ambiental. "A defesa do meio ambiente não pode ser genérica. Nós só conseguiremos preservar se população, autoridades locais e governo federal agirem de forma afirmativa na sua relação com esses ecossistemas", avaliou.

## Senado inaugura sistema pioneiro e vai lançar Constituição em braile

O Senado Federal é a primeira instituição parlamentar do mundo a manter, em suas instalações, um sistema de impressão em braile, linguagem especial para deficientes visuais. Foi inaugurado ontem pelo primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o Serviço de Publicações em Braile.

A cerimônia marcou o início do funcionamento das seis impressoras braile, adquiridas pela gráfica do Senado este ano. A prioridade será dada à publicação de legislação federal. O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Claudionor Moura Nunes, anuncia já para agosto o lançamento de 500 exemplares da Constituição federal para deficientes visuais, editada em três volumes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que existem 15 milhões de deficientes visuais no Brasil, 1,5 milhão deles totalmente cegos. O braile, também conhecido pelo nome de anaglifografia, é um sistema de escrita em relevo para os cegos lerem através do tato, inventado pelo francês Louis Braille (1809-1852). O próprio Braille era cego.



Senador Ronaldo Cunha Lima observa os novos equipamentos

"Esse é um projeto pelo qual venho lutando há muito tempo", afirmou o coordenador do Serviço de Publicações em Braile, Paulo Brandão. Servidor do Senado, formado em filosofia, Paulo é cego desde o nascimento e especializou-se em consultoria de sistemas informatizados para deficientes visuais.

"Prendemos atender os deficientes visuais nos diversos campos de atuação profissional", afirmou o primeiro-secretário do Senado. Durante a cerimônia, Ronaldo Cunha Lima descerrou uma placa comemorativa e acionou o computador que deu início às primeiras im-

pressões em braile, ao lado do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

As primeiras cópias da Constituição serão distribuídas a entidades de apoio a deficientes visuais. Os interessados em maiores informações sobre o Serviço de Publicações em Braile podem enviar correio eletrônico para o endereço [braille@senado.com.br](mailto:braille@senado.com.br); escrever para Subsecretaria de Edições Técnicas, Via N-2, Unidade de Apoio 3, Senado Federal, Brasília (DF), CEP 70165-900; ou ligar para Paulo Brandão, da coordenação, no telefone 311-4130.

O ministro da Fazenda responderá a perguntas sobre os problemas enfrentados pelo governo no quarto aniversário do plano econômico

## Futuro do Real é tema de Pedro Malan na TV Senado

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, fará hoje — durante o programa Agenda Econômica, da TV Senado, que vai ao ar às 22 horas — um balanço dos quatro anos do Plano Real. Ele responderá a perguntas sobre os principais pontos de estrangulamento do plano, cujas maiores virtudes foram garantir a estabilidade da moeda nacional e um nível de inflação no

Brasil similar ao dos países desenvolvidos.

A entrevista do ministro da Fazenda será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado Federal, a partir das 11 horas. Entrevistarão o ministro os jornalistas Helival Rios, da TV Senado; Ribamar Oliveira, do jornal *O Estado de S. Paulo*; e Cláudia Safatle, do *Jornal do Brasil*.

Questões como as dificul-

dades de controle do déficit público, hoje superior a 6% do PIB (pelo conceito de déficit nominal), o esquema de financiamento do déficit em Transações Correntes — a principal conta do Balanço de Pagamentos, atualmente em torno de US\$ 32 bilhões, e a estratégia oficial de manter elevadas as taxas de juros — são alguns dos temas que deverão ser abordados pelo ministro Pedro Malan.

## Amin sugere autonomia a perícia oficial

Com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho pericial, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou proposta de emenda à Constituição que cria uma seção sobre a Perícia Oficial, assegurando ao órgão ampla autonomia funcional, administrativa e orçamentária.

## Artur da Távola fala de educação e cultura

O presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), faz hoje, na TV Senado, um balanço da educação e da cultura no país. A entrevista irá ao ar às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45.

E o programa "Mulheres em Debate" trata hoje, às 8h,

13h15 e 19h30, das doenças sexualmente transmissíveis. Foram convidadas a ginecologista Maria Quitéria e a infectologista Mirza Gomes. Elas informam que o agente infeccioso mais comum é o vírus papiloma, que ataca uma em cada três mulheres sexualmente ativas.

## Hollanda relata missão empresarial nordestina à Europa

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) fez relato, em plenário, sobre a viagem que a Missão Empresarial Nordeste do Brasil realizou à Itália e à França, de 21 de abril a 3 de maio. O senador foi um dos 25 integrantes convidados pela Federação do Comércio Varejista de Pernambuco (Fecomércio/PE), entidade responsável pela organização da missão empresarial que se encontrou com empresários europeus pelo terceiro ano consecutivo.

De acordo com o senador, a missão foi responsável pela apresentação de dois seminários. Na Itália, foi apresentado seminário sobre a privatização no Nordeste, e, em Paris, sobre as oportunidades de investimento na região. Hollanda explicou que a missão contou com o apoio da Confederação Nacional do Comércio, do Sebrae e do Ministério das Relações Exteriores, e como entidades promotoras participaram a Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, a



Hollanda celebrou "êxito"

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco e a Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco.

— A Missão Empresarial Nordeste do Brasil alcançou êxito absoluto, repetindo o sucesso dos anos anteriores (96 e 97). Em Paris, onde houve um primeiro contato da Missão com a Câmara de Comércio e Indústria de Paris, a receptividade superou as expectativas, uma vez que grandes grupos de empresas francesas compareceram ao seminário e à rodada de negócios e se interessaram pelas oportunidades de investimentos no Brasil apresentadas pela missão — concluiu Joel de Hollanda.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que faz um balanço sobre a educação no Brasil  
 8h - "Mulheres em Debate" - com a participação da ginecologista Maria Quitéria e da infectologista Mirza Gomes sobre as doenças sexualmente transmissíveis  
 9h30 - Entrevista com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que faz um balanço sobre a educação no Brasil  
 10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação da proposta de emenda constitucional que permite a participação do capital estrangeiro no setor de saúde  
 12h15 - Entrevista com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que faz um balanço sobre a educação no Brasil  
 13h15 - "Mulheres em Debate" - com a participação da ginecologista Maria Quitéria e da infectologista Mirza Gomes sobre as doenças sexualmente transmissíveis  
 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - 5º dia de dis-

- cussão das propostas que regularizam a situação dos servidores de empresas públicas que prestam serviços para órgãos da administração direta  
 18h45 - Entrevista com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que faz um balanço sobre a educação no Brasil  
 19h30 - "Mulheres em Debate" - com a participação da ginecologista Maria Quitéria e da infectologista Mirza Gomes sobre as doenças sexualmente transmissíveis  
 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
 20h40 - "Senado em Pauta"  
 21h - Entrevista especial  
 22h - Agenda Econômica Especial com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os quatro anos de Plano Real  
 23h - Sessão plenária (representação)  
 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
 2h - "Jornal da Amazônia"  
 2h15 - "Senado em Pauta"  
 2h30 - "Fala, Cidadão"

- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

### RÁDIO SENADO

- 7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)  
 10h - Comissão de Constituição e Justiça  
 13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)  
 14h15 - "Plenário em Revista"  
 14h30 - Sessão plenária  
 19h - "A Voz do Brasil"  
 22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)  
 0h - Retransmissão da sessão plenária  
 4h - Música e informação até às 7h30

### COMO SINTONIZAR A TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, receptoras e operadoras de TV a cabo

- Satélite - B1 ■ Transponder - 1 BE (Banda Estendida), ■ Polarização: Vertical  
 ■ Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz ■ Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 hz  
 ■ Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz ■ Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25 K  
 (Amplificador de Baixo Ruído) ■ Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC Spectrum Saver  
 - Modelo: N6S Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)  
 ■ Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600 ■ Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

### COMO SINTONIZAR A RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários: antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo), banda C; receptor ABR 200, ComStream; LBN DRO ComStream; 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F.  
 Informações técnicas: frequência de recepção: Banda L 1.465.600 Mhz; satélite: Brasilsat B2; Polarização: Vertical (RX); Modo: Joint-Stereo; Taxa: 128 Kbps-BPSK; Programação ABR: CC, 1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Senador critica falta de estímulo aos funcionários públicos e diz que, sem envolvê-los de forma ativa, governo não conseguirá modernizar o Estado brasileiro

## Odacir assume defesa dos servidores

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que a sensação vivida pelo funcionalismo público brasileiro e a percepção da sociedade são de que não há, no trato que o Estado dispensa aos seus servidores, nenhum estímulo para o funcionário ter um bom desempenho profissional e satisfação no emprego. Segundo o senador, faltam os fatores descritos pelo professor Jairo Eduardo Borges Andrade, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília, como fundamentais para que o trabalhador tenha vínculo psicológico com sua organização de trabalho.

— Não há oportunidade de crescimento e progresso na carreira profissional. No contexto da distribuição das tarefas e da remuneração, campeia uma difusa e até silenciosa sensação de injustiça. No que diz respeito à posição do Estado na sociedade, no Brasil, optou-se pela divulgação sistemática de



**Odacir: "aniquilamento a conta-gotas"** uma visão de impropriedade e incapacidade do Estado no desempenho de tarefas até há pouco consideradas como seus inalienáveis atributos e obrigações, tais como educação e saúde — afirmou Odacir Soares.

O senador citou Borges Andrade por seu trabalho sobre "comprometimento organizacional", definido pelo professor como o "vínculo psicológico que o trabalhador pode estabelecer com sua organização de trabalho, ao demonstrar crença e aceitação dos objetivos e valores dessa organização, apresentar disposição para defendê-la e

desejar manter o referido vínculo". Odacir Soares aproveitou para dizer que não há como modernizar o Estado sem a participação e o comprometimento organizacional dos seus servidores:

— Não defendo privilégios, defendo a obrigação moral do Estado de manter uma justa, clara e eficiente política em relação ao funcionalismo público.

Odacir apontou como um dos problemas enfrentados pelos servidores públicos o fato de a grande maioria deles estar há quatro anos com os vencimentos congelados, quando a inflação acumulada desde o lançamento do Plano Real já desvalorizou a moeda nacional em aproximadamente 48%.

A situação específica dos professores do ex-território federal de Rondônia, que foram absorvidos pela União mas até hoje não tiveram definido seu enquadramento no Plano Único de Classificação e Retribuição de

Cargos e Empregos, também foi abordada por Odacir Soares. Segundo ele, esses servidores têm convivido com o desconforto, a insegurança e a apreensão, "alvos das mais incoerentes afirmações relativamente ao que os espera no futuro". O senador acrescentou que esse "é um caso concreto em relação ao qual o governo deve demonstrar na prática a verdade do discurso da valorização do servidor público".

Odacir admitiu que o redimensionamento da questão do funcionalismo público no Brasil é necessário, como também são necessários a correção de distorções, a supressão de privilégios, o fim dos reajustes lineares. Mas destacou que "isso não pode ocorrer por meio de uma atitude de omissão de informações, deixando o tempo passar e abrindo caminho para a guerra de nervos em virtude da falta de esclarecimentos corretos e de planos transparentes, e colaborando na difusão de uma sensação de aniquilamento a conta-gotas".



Tebet cobra integração

## Tebet elogia novo órgão antidrogas

Ao registrar em discurso a passagem do Dia Nacional de Combate às Drogas, comemorado no último dia 26, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou o governo pela decisão de criar a Secretaria Nacional de Combate às Drogas, que se dedicará a prevenir e a reprimir o uso de drogas ilícitas no país, além de desenvolver programas de recuperação de usuários. "Ela precisa sair do papel imediatamente", opinou.

Tebet lembrou que o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e o superintendente da Polícia Federal, Vicente Chelotti, estiveram em Campo Grande para acompanhar a queima de nove toneladas de drogas apreendidas. Ele acrescentou que o lugar foi escolhido para o ato porque Mato Grosso do Sul "é um dos estados que mais padecem desses males".

Para Tebet, o trabalho nessa secretaria só será eficiente se integrado a uma mobilização internacional contra o tráfico. O próprio Mato Grosso do Sul ilustra essa necessidade, na opinião do senador. Respondendo sozinho por nove das 36 toneladas de drogas apreendidas pela PF em 1997, o estado paga pelo fato de estar localizado na fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Em aparte, o senador Zanete Cardinal (PFL-MT) concordou com Tebet, ressaltando que os estados de fronteira são os mais atingidos pelo tráfico. Depois de Mato Grosso do Sul, o segundo lugar em apreensões de drogas no país coube a Mato Grosso, lamentou.

## Cardinal apela por projeto para o Pantanal

O senador Zanete Cardinal (PFL-MT) fez um apelo ontem aos deputados federais para que aprovem "com urgência" o Projeto de Lei do Senado nº 80/96, de autoria do senador licenciado Júlio Campos (PFL-MT), que institui o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense. "Esse plano tem por objetivo regulamentar o dispositivo constitucional dedicado ao meio ambiente, além de disciplinar e racionalizar a utilização dos recursos naturais do Pantanal Mato-Grossense, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e à proteção dos ecossistemas", explicou Zanete Cardinal.

Conforme o projeto de lei, o Plano de Gerenciamento deverá ser formulado, coordenado e aplicado por comissão composta por representantes do Poder Executivo federal,

dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dos municípios cujos territórios estejam na área de depressão pantaneira, da comunidade científica, de entidades não-governamentais e de empresas privadas.

O senador disse que o projeto também define a metodologia e os instrumentos técnicos e de gestão, bem como suas metas e diretrizes, tais como: o zoneamento ecológico-econômico, a identificação e a seleção de unidades territoriais que necessitem de ações especiais, o desenvolvimento de iniciativas integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais, a implantação de programas de monitoramento dos recursos naturais, o desenvolvimento de mecanismos de participação e de consulta constantes às comunidades e a recuperação de áreas degradadas.



Cardinal: projeto garante preservação

— É preciso ressaltar que o Plano de Gerenciamento do Pantanal não está desenhado com o perfil de uma camisa-de-força a cercear o aproveitamento das potencialidades da região do Pantanal. Uma vez transformado em lei, ele não atuará como irrestrito e inflexível instrumento de defesa do meio ambiente. Suas metas são mais ambiciosas, vão muito além disso: ele será uma ferramenta para desenvolver a re-

gião. Incrementará o desenvolvimento, sim, mas não de maneira predatória e incoerente. Ele busca o desenvolvimento de qualidade. Queremos para Mato Grosso e sua região o desenvolvimento econômico em harmonia com um padrão ambiental de excelência — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ao senador Zanete Cardinal que os senadores da região façam "um apelo ao presidente da República para que ele viabilize os recursos destinados à recuperação do Pantanal".

Ramez Tebet disse ainda que o projeto, uma vez transformado em lei, será capaz de realmente preservar o grande patrimônio brasileiro que é o Pantanal.